

9ª EDIÇÃO | 2025

INFORMATIVO DE AÇÕES COLETIVAS

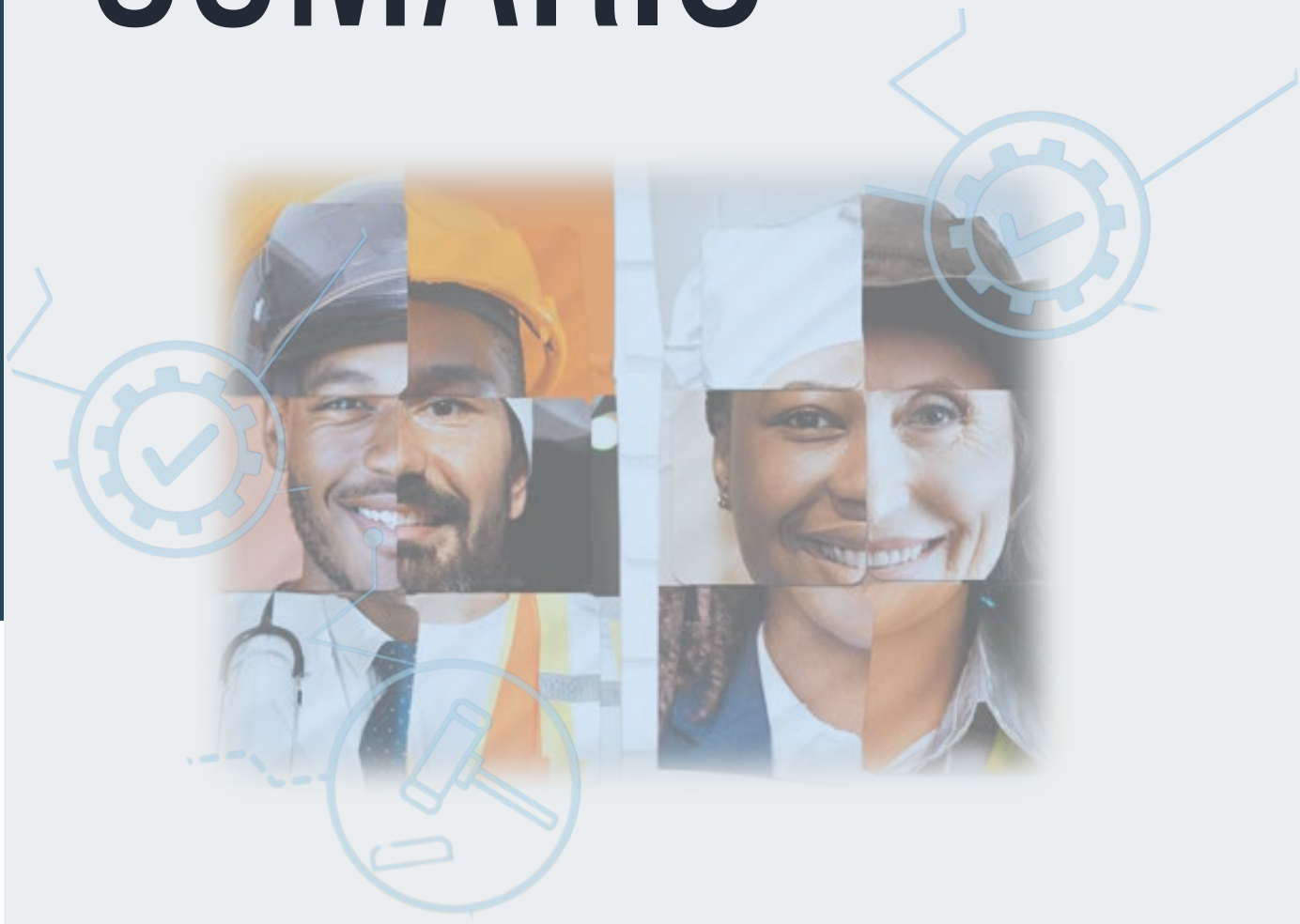
Relatório de setembro e outubro 2025

Notícias e Decisões Importantes



**Secretaria de Uniformização de
Jurisprudência, Gerenciamento de
Precedentes e Ações Coletivas - SEJPAC**

SUMÁRIO



1. <u>Apresentação</u>	3
2. <u>Dados gerais</u>	4
3. <u>Ação civil coletiva</u>	6
4. <u>Ação Civil Pública Cível</u>	10
5. <u>Ação de Cumprimento</u>	13
6. <u>Execução de TAC</u>	16
7. <u>Seção de Dissídios Coletivos</u>	17
8. <u>Notícias e Decisões</u>	18

1. Apresentação

As ações coletivas fazem parte da modernização da prestação jurisdicional em relação aos conflitos de massa. Servem à defesa dos direitos metaindividuais: difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos, revelando-se como instrumento de avanço social e cidadania.

Cabe à SEJPAC, unidade de apoio executivo da Comissão de Precedentes e de Ações Coletivas do TRT da 3ª Região, realizar estudos e levantamento de dados para subsidiar as políticas administrativas, judiciais e de formação relacionadas às ações coletivas e aos métodos de solução consensual de conflitos coletivos (Resolução n.º 339/2020 e Portaria da Presidência n.º 187/2023, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

Nesse contexto, elaboramos relatório com as informações extraídas das ações coletivas ajuizadas neste Regional nos meses de setembro e outubro de 2025, obtidas por meio de relatórios gerenciais do PJe.

Extraímos dados estatísticos do mesmo período do Painel de Inteligência, ferramenta desenvolvida pelo TRT da 21ª Região e disponibilizada ao TRT-MG através de convênio.

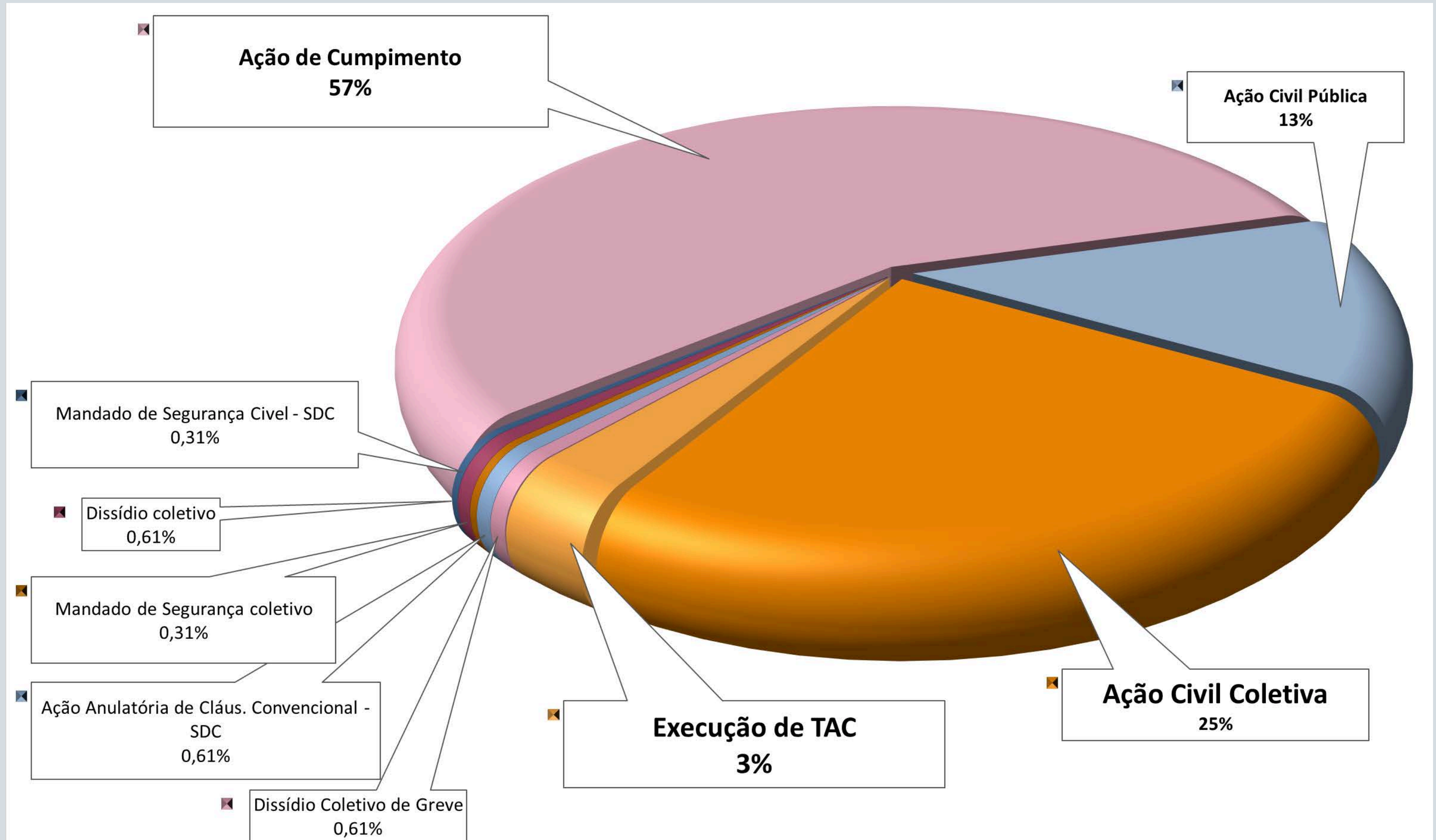
Além disso, apontamos matérias cuja relevância, seja pelo número de trabalhadores atingidos ou pela grande repercussão social e econômica, merecem destaque.

Por fim, trazemos também notícias e decisões atuais importantes sobre a temática.

2. DADOS GERAIS. SETEMBRO E OUTUBRO DE 2025.

Classe	Quantidade de ACs distribuídas/redistribuídas
Ação Civil Coletiva	81
Ação Civil Pública Cível	43
Ação de Cumprimento	186
Execução de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	9
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais (SDC)	2
Dissídio Coletivo (SDC)	2
Dissídio Coletivo de Greve (SDC)	2
Mandado de Segurança Cível (SDC)	1
Mandado de Segurança Coletivo	1
TOTAL	327

Gráfico: porcentagem de processos distribuídos /redistribuídos por classe judicial – Setembro e Outubro de 2025



3. AÇÃO CIVIL COLETIVA

Foram distribuídas/redistribuídas **81 Ações Civas Coletivas** no bimestre. Veja abaixo a variação do período:

Setembro/25



Outubro/25



Assuntos registrados no PJe	Nº de vezes em que aparece
Adicional de Insalubridade	65
Honorários Advocatícios	9
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho	6
isonomia/Diferença Salarial	6
Multa Convencional	6
Aplicabilidade/Cumprimento	5
Comprovação de Repasse de Contribuição	5
Verbas Rescisórias	5
Horas Extras	4
Indenização por Dano Moral	4
Prevalência do Acordo Coletivo sobre a Convenção Coletiva	4
Substituição Processual	3
Adicional de Horas Extras	2
Adicional de Periculosidade	2
Arbitragem e Mediação no Direito Coletivo	2
Assistência Judiciária Gratuita	2
Bancários	2
Condutas Antissindicais	2
Gratificação Natalina/13º salário	2
Multa do Artigo 467 da CLT	2
Piso Salarial da Categoria/Salário Mínimo Profissional	2
Adicional de Transferência	1

Polo Ativo

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10
SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO ESTADO DE M.G -SINFITO/MG	6
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TIMOTEO E CORONEL FABRICIANO - SECTEO-CF	5
SAM - SINDICATO DOS AEROVIARIOS DE MINAS GERAIS	4
SIND DOS EMPREGADOS DE EMP DE SEG VIGILANCIA DO EST MG	4
SECI SIND. DOS EMPREGADOS COM. ATAC. VAREJ. ARM. TUR. HOS.AG. AUT. CART. IPATINGA	3
SIND DOS EMPREG. NO COM. HOTEL. BARES, REST., TUR. E HOSP. DE CURVELO, DIAMANTINA E MICRORREGIAO DO MED. RIO DAS VELHAS E TRES MARIAS	3
SIND TRAB IND EXTRACAO METAIS BASICOS MIN NAO MET ARAXA	3
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EST BANCARIOS DE CATAGUASES	3
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO EDO MOBILIARIO DE UBERABA	3
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO PESADA DE MINAS GERAIS	3

Polo Passivo

MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.	7
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6
AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.	3
SUPERMERCADO DEGRAU LTDA	3
BROMO SEGURANCA E VIGILANCIA ARMADA EIRELI	2
FUNDACAO DE ASSISTENCIA INTEGRAL A SAUDE - FAIS	2
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	2
GOL LINHAS AEREAS S.A.	2
HOSPITAL VARGINHA S/A	2

Destaque - Ação Civil Coletiva

DISPENSA EM MASSA | DANO MORAL COLETIVO (ACC nº 0011551-50.2025.5.03.0144)

Sindicato aciona empresa aérea multinacional por demissão em massa irregular



O Sindicato dos Aeroviários de Minas Gerais (SAM) entrou com uma ação civil coletiva contra a empresa prestadora de serviços auxiliares de transporte aéreo SWISSPORT BRASIL LTDA., alegando descumprimento grave de obrigações trabalhistas após a demissão em massa de centenas de trabalhadores no Aeroporto Internacional de Confins/MG.

As demissões ocorreram em maio e junho de 2025, logo após a Requerida perder seu contrato com a Azul Linhas Aéreas. O Sindicato alega que a empresa se manteve "inerte" e ignorou sucessivos contatos para agendar as homologações rescisórias.

O resultado da omissão, que o Sindicato considera deliberada, é que centenas de aeroviários demitidos estão impedidos de sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dar entrada no benefício do seguro-desemprego, pela falta da documentação obrigatória (chave de conectividade e Requerimento de Seguro-Desemprego – RSD).

O Sindicato também busca a condenação da Requerida ao pagamento de **R\$ 500.000,00 por dano moral coletivo**, valor a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A petição inicial classifica a situação como uma grave afronta à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho.

A audiência inicial por videoconferência foi designada para o dia 13/11/2025.

4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL

Foram distribuídas/redistribuídas **43 Ações Cíveis Públicas** no bimestre.

Veja abaixo a variação do período:

Setembro/25



Outubro/25



Assuntos registrados no PJe	Nº de vezes em que aparece
Tutela Inibitória (Obrigação de Fazer e Não Fazer)	25
Ação Civil Pública	14
Exploração do Trabalho Infantil	10
Tutela de Urgência	6
Adicional de Insalubridade	4
Indenização por Dano Moral Coletivo	4
Trabalho em Condições Análogas à de Escravo	4
Agentes Políticos	2
Antecipação de Tutela / Tutela Específica	2
Duração do Trabalho	2
Execução de Título Extrajudicial	2
Honorários na Justiça do Trabalho	2
Não Discriminação	2
Segurança e Medicina do Trabalho	2
Terceirização/Tomador de Serviços	2
Eleição	1
FGTS	1
Intervalo Intrajornada	1

Acidente do Trabalho: 6 ações (3 com vítimas fatais)

Trabalho Análogo à Escravidão e Violação de Direitos Fundamentais

Zona rural de Pontal do Abaeté, em São Gonçalo do Abaeté/MG

(ACPCiv 0010993-83.2025.5.03.0110)

- Submissão de empregada doméstica a condições degradantes e jornada exaustiva.

Descumprimento das normas trabalhistas e violação dos direitos constitucionais da dignidade humana (art. 1º, III e IV; art. 7º, XXII da CF/88).

- Omissão de registro de vínculo empregatício e apropriação indevida de benefícios previdenciários

(não percebia diretamente os proventos de sua aposentadoria, os quais vinham sendo, segundo informação confirmada pelos próprios empregadores, apropriados indevidamente pela família empregadora).

Exploração do Trabalho Infantil: 3 ACPCiv com a temática, sendo que, em um dos casos, há também denúncia de maus-tratos e abuso sexual contra as vítimas.

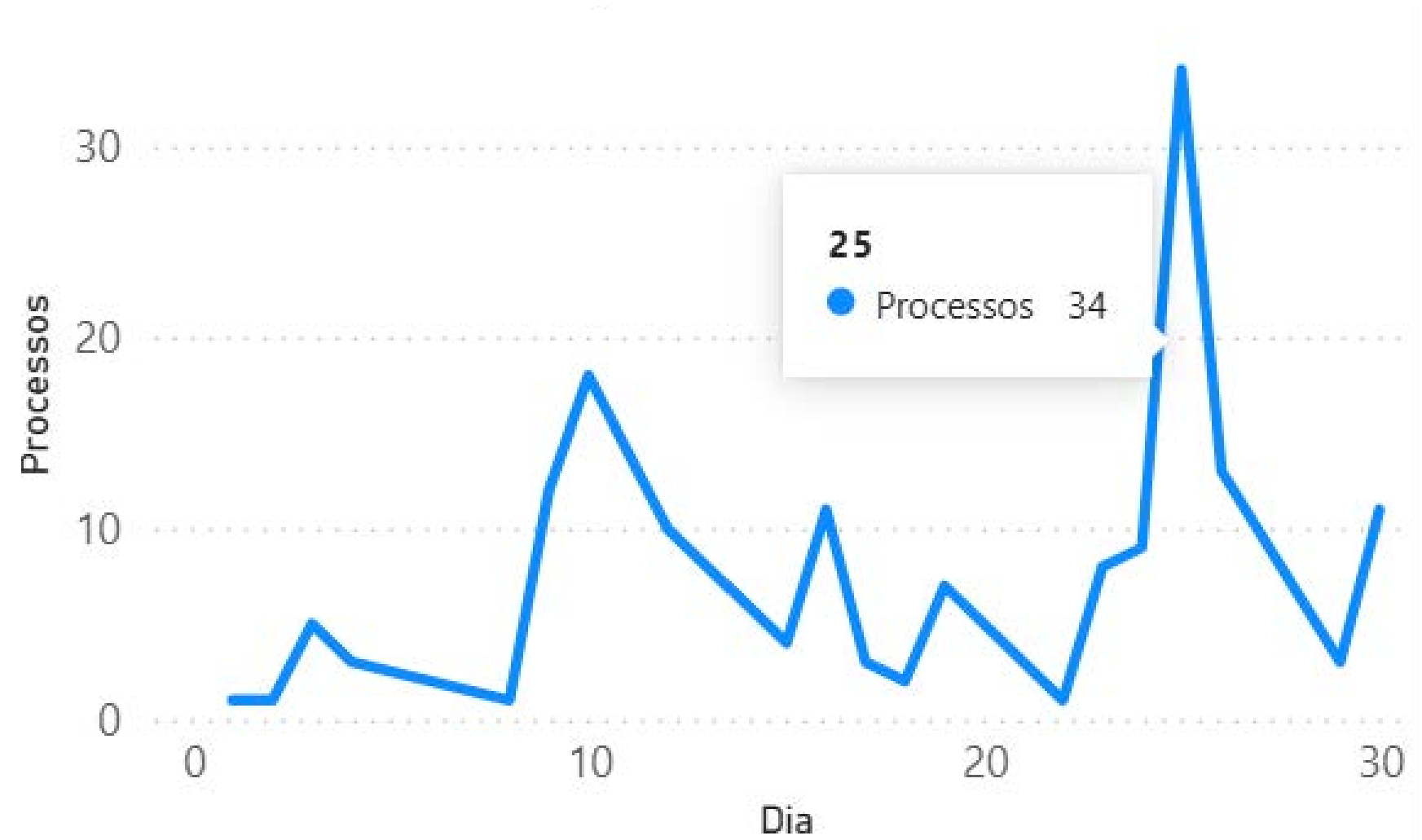


Créditos da Foto: Medium

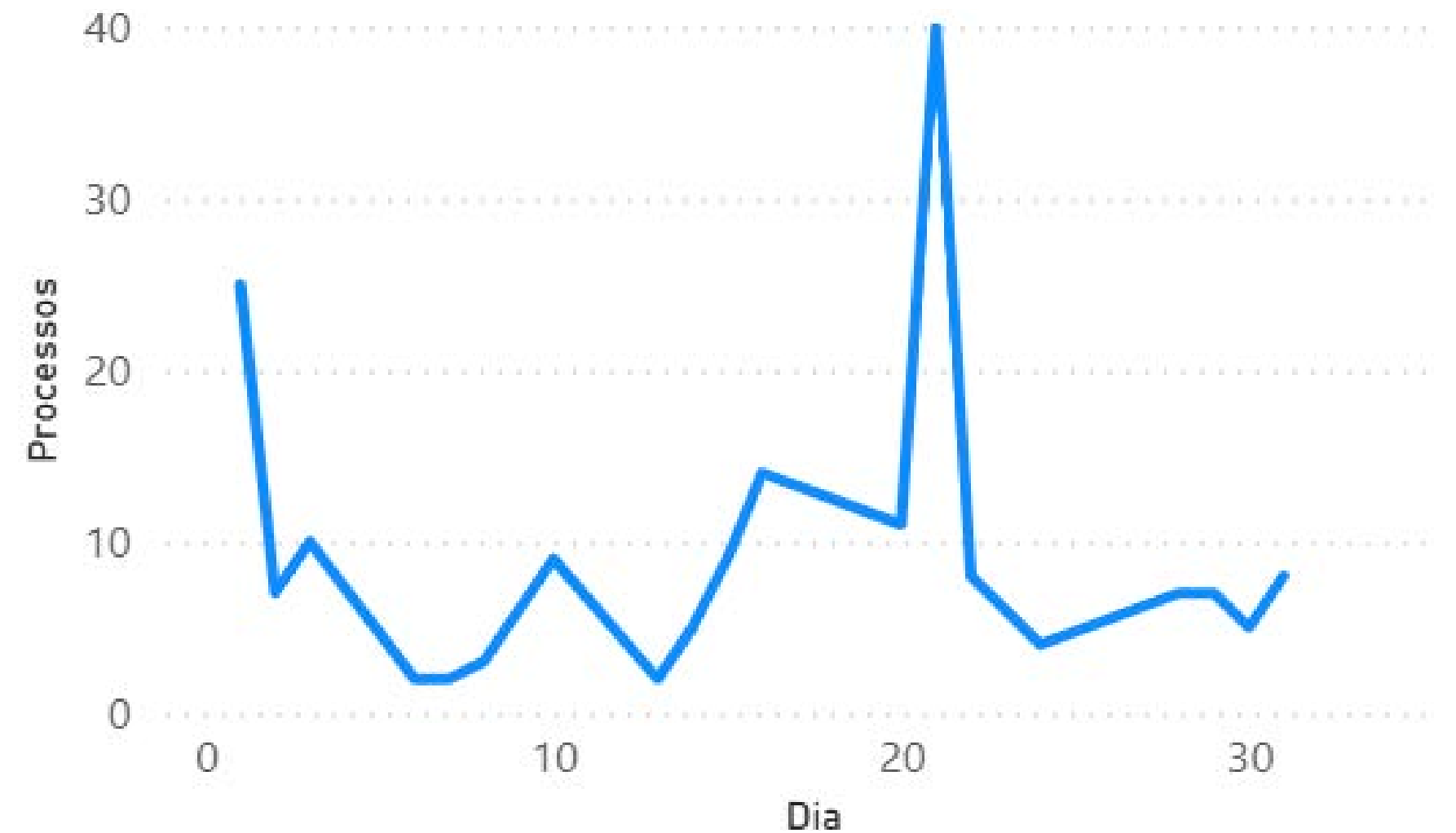
5. AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Foram distribuídas/redistribuídas **186 Ações de Cumprimento** no bimestre. Veja abaixo a variação do período:

Setembro/25



Outubro/25



Principais demandantes (Polo Ativo)	Nº de Processos
SINDICATO DOS EMPREGADOS E INSTRUTORES DE AUTO ESCOLAS DOS CFCS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SEAME	64
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUICOES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTROPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS SINTIBREE MG	33
SINDICATO DAS INSTITUICOES BENEFICENTES,RELIGIOSAS E FILANTROPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	21
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MONTES CLAROS E REGIÃO - MG	13
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO RAMO DO COMÉRCIO, HOTELARIA, BARES RESTURANTES, CHURRASCARIAS, HOTEIS FAZENDA E SIMILARES DO SUL DE MINAS	9

Assuntos mais frequentes registrados no PJe	Número de Processos
Aplicabilidade/Cumprimento	149
Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho	44
Contribuição Assistencial	40
Multa Convencional	33
Negociação Coletiva Trabalhista	20
Honorários Advocatícios	6
Aplicabilidade	4
Prevalência do Acordo Coletivo sobre a Convenção Coletiva	4

Destaque:

SINDICATO DOS EMPREGADOS E INSTRUTORES DE AUTO ESCOLAS DOS CFCS DO ESTADO DE MINAS GERAIS -SEAME ajuizou **64 ações no bimestre.**

Cláusula mais descumprida: BENEFÍCIO SOCIAL DO TRABALHADOR (BST) - CCT 2024/2026

Cláusula Décima: “A entidade sindical laboral se compromete a fornecer, sem distinção, a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, os seguintes benefícios sociais: **Telemedicina, Seguro social ao trabalhador em vida, assistência funerária, Baby Kit, Plano odontológico e Clube de Descontos Salud+.** O custo total desses benefícios, no valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) por empregado, será custeado integralmente pelo empregador.”



Créditos: Agência Braisil

6. EXECUÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SETEMBRO E OUTUBRO 2025 | 9 PROCESSOS

Os assuntos mais recorrentes nos TACs executados:

- **Segurança e saúde no trabalho :**

- Não contratação de empresa especializada para elaboração do PGR (Programa de Gerenciamento de Risco), PCMSO (Programa de Controle Médico Ocupacional);
- Descumprimento/Falhas no PCMSO, incluindo periodicidade de exames, entrega de atestados e realização de exames;
- Ausência de atuação efetiva da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ou sua desorganização;
- Descumprimento da obrigação de implementar medidas de prevenção em espaços confinados, incluindo falhas em capacitação;
- Ausência ou fornecimento incompleto de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual.

7. SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Destaque: Ação anulatória de cláusula convencional nº 0014952-04.2025.5.03.0000, com pedido liminar, proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** em face do **SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e do **SINDICATO DAS ESCOLAS PARTICULARES DE MINAS GERAIS**, pretendendo anulação das disposições contidas na CLÁUSULA 29ª da CCT 2025/2026:

“CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GESTANTE: ESTABILIDADE E LICENÇA - LICENÇA PATERNIDADE - CRECHE

A professora gestante gozará de estabilidade no emprego, conforme Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, **salvo a ocorrência de justa causa, pedido de rescisão pela docente, acordo das partes, indenização ou término de contrato por prazo determinado”.**

Decisão liminar da Des.ª Maria Cecília Alves Pinto (14/10/2025)

deferiu “a suspensão liminar da cláusula convencional combatida, tal como postulado pelo d. MPT, como medida necessária para preservar a eficácia do art. 10, II, “b”, do ADCT e resguardar o caráter transgeracional e de ordem pública da proteção à maternidade, cuja tutela tardia mostrar-se-ia insuficiente diante da condição de vulnerabilidade da gestante e do nascituro”.



8. PRINCIPAIS NOTÍCIAS - SETEMBRO E OUTUBRO 2025

TRT-MG homologa acordo histórico de R\$ 1,25 bilhão junto à Cemig

“A FTIUMG e o Sindsul-MG ajuizaram, em 2021, Dissídio Coletivo de Greve em face da Cemig, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A, pretendendo a manutenção do plano de saúde “Prosaúde Integrado”, cuja autogestão é realizada pela Cemig Saúde.

Após diversas tentativas de conciliação, as partes chegaram a um consenso, estabelecendo o pagamento de R\$ 1,25 bilhão a título de indenização”, acordo que foi homologado pelo TRT-MG.

Esforços para a conciliação

“O desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira ressaltou que o processo foi longo e complexo: “Esta foi a oitava audiência. Houve muitas conversas com as partes, o caso envolve milhares de trabalhadores e um valor de uma dimensão enorme. Com o passar do tempo, o custeio do plano de saúde foi ficando muito elevado e a Cemig precisou fazer ajustes. Hoje celebramos o fato de ter sido possível manter o atendimento dos trabalhadores sem comprometer a saúde financeira da empresa”, avaliou.”

Fonte: Secom TRT-MG



A audiência de conciliação foi presidida pelo 1º vice-presidente do TRT-MG, desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira.



Créditos das imagens: Seção de Imprensa do TRT-MG

Comunidade terapêutica de Juiz de Fora é condenada por submeter dependentes químicos à situação análoga à de escravidão | 06/10/2025



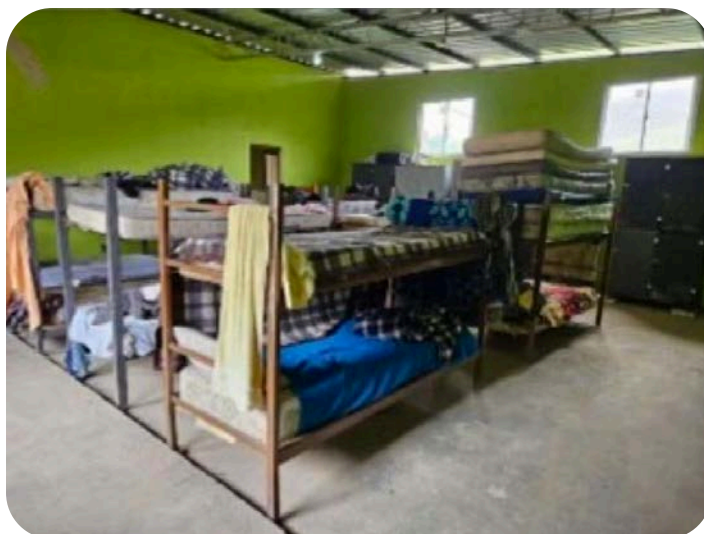
“A Justiça do Trabalho reconheceu a existência de vínculo empregatício entre uma instituição terapêutica e trabalhadores “acolhidos”, condenando a instituição e seu representante legal, de forma solidária, ao pagamento de verbas trabalhistas.

Os réus também foram condenados ao pagamento de **indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 50 mil**, revertidos ao Fundo de Direitos Difusos, e de indenização individual de R\$ 10 mil a cada trabalhador. Houve ainda condenação da instituição a diversas obrigações relacionadas ao cumprimento da legislação trabalhista e de segurança do trabalho.

A sentença é do juiz Luiz Olympio Brandão Vidal, titular da 4ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, e decorre de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, após fiscalização identificar a submissão de pessoas em situação de vulnerabilidade biopsicossocial a condições análogas à escravidão.

Segundo o julgador, **a instituição utilizou indevidamente o instituto do trabalho voluntário para obter mão de obra gratuita, especialmente para obras de construção civil, sem a real finalidade terapêutica e contrariando preceitos legais.** Há recurso aguardando julgamento no TRT-MG.”

Fonte: Seção de Imprensa do TRT-MG



Alojamento encontrado em comunidade terapêutica em Juiz de Fora — Foto: Ministério do Trabalho/Divulgação

Repercussão na mídia:

G1 (Globo Minas)

“Comunidade terapêutica que mantinha dependentes químicos como trabalhadores é condenada por trabalho escravo em Juiz de Fora”

O TEMPO

“TRT reconhece vínculo entre internos forçados a trabalhar e clínica terapêutica”



Comunidade terapêutica localizada em Juiz de Fora. Foto: Ministério do Trabalho/Divulgação

Sentença em ACP de autoria do MPT-MG condena Vivara a prestar assistência médica e psicológica integral a trabalhadores vítimas de assalto no ambiente de trabalho

Empresa também deverá pagar indenização de R\$ 100 mil reais por danos morais coletivos

“A Vivara foi condenada a cumprir integralmente as seguintes obrigações:

Reconhecimento de acidente de trabalho:

- Emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) sempre que houver lesão física ou mental decorrente de assalto.
- Emitir a CAT para todos os empregados presentes durante assaltos (mesmo que tentados), ainda que não apresentem distúrbios imediatos.

Assistência integral:

- Prestar assistência médica e psicológica integral e gratuita aos empregados vítimas de assaltos, cobrindo todas as despesas de saúde até que o trabalhador esteja apto a retornar ao trabalho.

Gestão de riscos psicossociais:

- Incluir na Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e nos programas de Gerenciamento de Riscos e de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PGR e PCMSO) o estudo e a prevenção dos fatores de risco psicossociais do trabalho, especialmente os relacionados a ameaças, violência física, risco de morte e trauma no trabalho.
- Elaborar um plano de ação específico para controle e prevenção desses riscos psicossociais.
- Incluir ações de vigilância ativa e/ou passiva, monitorando e analisando casos de afastamento por doenças mentais em que a relação com o trabalho seja suspeita.

O descumprimento das obrigações sujeita a empresa a multa de R\$ 2.000,00 por item constatado na jurisdição de Juiz de Fora. A indenização por dano moral coletivo de R\$ 100 mil será revertida e destinado conforme as regras da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10/2024.

ACPCiv 0010121-66.2025.5.03.0143”



“O MPT-MG ajuizou a ação após investigar as repercussões de um assalto à mão armada, ocorrido em dezembro de 2022 em uma loja da Vivara em Juiz de Fora (MG), na saúde dos empregados.”

[Leia notícia publicada na mídia sobre o assalto.](#)



Outras notícias do bimestre:

Município de Betim e Instituto de Previdência são condenados em ações do Ministério Público do Trabalho-MG por prática de assédio moral contra servidores | 16/10/2025 (MPT-MG)

Liminar obtida pelo MPT fixa multa de R\$ 500 mil para empregador que aliciou paraguaaios para trabalhar em fábrica clandestina de cigarros | 09/10/25 (MPT-MG)

Uma liminar obtida pelo MPT-MG obriga empresa de radiologia industrial a respeitar jornada legal de trabalho de 24h semanais | 09/10/2025 (MPT-MG)

Financeira deve responder em ação civil pública sobre consignados não repassados | 19/09/2025 (TST)

Sindicato não deverá mais receber contribuição social paga por empresa | 18/09/2025 (TST)

Rede de farmácias é condenada por não fornecer assentos para descanso dos empregados | 18/09/2025 (TST)

Sentença em ACP do MPT-MG condena empregadores por trabalho escravo em Tiros/MG | 02/09/2025 (MPT-MG)



Para dúvidas, críticas e sugestões, entre em contato com a Seção de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas através do e-mail **spac@trt3.jus.br**

Secretaria de Uniformização de Jurisprudência,
Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - SEJPAC